

Semioses do golpe¹

Para Eliana Pibernat Antonini

Alexandre Rocha da SILVA

Alessandra WERLANG

Gabriel NONINO

Suelem Lopes de FREITAS

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS

Resumo

Semioses do golpe tem dois objetivos: (1) evidenciar de que maneira a semiótica pode descrever os agenciamentos micropolíticos ocorridos no interior da semiose e que produzem signos interpretantes em um dado regime de visibilidade e de enunciação e (2) analisar o percurso narrativo da burguesia brasileira desde o final da Ditadura Militar até o Golpe Midiático-Jurídico-Parlamentar de 2015-6 em busca de seu objeto de desejo: o poder. Para tanto, recorre à perspectiva detetivesca da disciplina, já explorada por Eco e Sebeok; à lógica dos diagramas, tanto em Peirce quanto em Deleuze; e à descrição das condições de enunciação e de visibilidade problematizadas por Foucault. Como resultado, procura dar visibilidade aos agenciamentos políticos da burguesia brasileira cujas ações tentem a produzir uma nova ordem institucional através de um Golpe de Estado.

Palavras-chave:

Semiótica Crítica; diagrama; indicialidades; o visível e o enunciável; golpe de estado no Brasil (2016)

Introdução

A semiótica é uma teoria perspectivista. Ao preconizar o falibilismo, não se fundamenta em princípios metafísicos, não afirma verdades incontestáveis, parte sempre de uma perspectiva a partir da qual um dado fenômeno torna-se cognoscível por meio do signo. Isto significa dizer que a semiose – objeto de estudo da semiótica – deve ser explorada levando-se em consideração uma dada perspectiva material a partir da qual a razoabilidade concreta do mundo é erigida. Essa materialidade – ou o representâmen – aparece na obra de Charles Peirce como o meio a partir do qual a semiose se desenvolve. No escopo deste artigo, esse meio é caracterizado como uma espécie de ponto de vista (sim, mesmo as ideias têm sua materialidade) que se desdobra na semiose em ações pragmáticas cujos efeitos interpretantes são dados a ver, aqui, concretamente nas diferentes alianças

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

produzidas pela burguesia brasileira desde o final dos anos 1970, quando entra em colapso a Ditadura Militar, até o golpe midiático-jurídico-parlamentar em curso nos anos de 2015 e 2016 no Brasil, quando entra em colapso a aliança capital-trabalho sugerida pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e colocada em prática nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

O ponto de vista acima referido do qual partiremos para explicitar as semioses geradas são as ideias da burguesia que se expressaram em diferentes alianças desde o final da Ditadura Militar com o objetivo de fazer desenvolverem-se seus interesses de classe. Para tanto, analisamos diacronicamente três marcos históricos da recente história brasileira: a formação do Partido dos Trabalhadores no início dos anos 1980; as alianças com as forças liberais desde a redemocratização até o governo de Fernando Henrique Cardoso; e o pacto capital-trabalho implementado por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em três mandatos consecutivos. A essas séries seguem, depois das Jornadas de Junho de 2013, uma mudança de tática por parte da burguesia brasileira que levou o país à situação de golpe-em-curso em que nos encontramos. Especular sobre tal situação é o objetivo deste artigo que se soma a outro: evidenciar de que forma a semiótica pode nos oferecer um caminho para que compreendamos com maior razoabilidade a situação em que no Brasil nos encontramos.

A fim de compreendermos os percursos dessa semiose, começamos recorrendo a Umberto Eco e Thomas Seebok que, à luz de Peirce, exploraram a natureza detetivesca dos signos indiciais. A tal debate, acrescentamos, também à luz de Peirce, a reflexão feita por Gilles Deleuze e Felix Guattari acerca dos diagramas como função semiótica (inconsciente, icônica) capaz de dar a ver as potencialidades dos processos instituintes, seus regimes de visibilidade e de enunciabilidade (via Michel Foucault) que se instituíram naquilo que podemos ver e dizer acerca da realidade contemporânea. Tais formações discursivas levam em conta tanto elementos em dispersão diagramática quanto as regularidades que codificam as práticas políticas brasileiras.

Semiótica como dispositivo de descoberta: o índice e o detetive

Umberto Eco nos ensinou que a ludicidade semiótica está na capacidade que a disciplina tem de dissecar os signos e, especialmente, as semioses, revelando suas articulações mais sutis, evidenciando de que forma o não-sentido faz-se sentido quando os signos entram em ação. Esse é o principal desafio colocado por esse artigo: compreender de que maneira as figuras (do não-sentido), as ações em dispersão, inconscientes, articulam-se

ao longo da história e produzem efeitos concretos, signos interpretantes que, na perspectiva que seguimos aqui, aparecem na forma das alianças produzidas pela burguesia brasileira desde a agonia da Ditadura Militar no início dos anos 1980.

Signo de Três (2008), organizado por Umberto Eco e Thomas A. Sebeok, reúne uma coletânea de artigos, nos quais os autores propõem fazer uma aproximação entre o método de investigação de Sherlock Holmes e a semiótica de Charles Peirce. Para os teóricos, os livros de Doyle deixam um caminho lógico pelo qual o leitor pode seguir até desvendar o mistério: “quando o leitor dispõe tanto dos dados perceptivos do narrador quanto das observações de Sherlock, ele pode, pelo menos, pressentir em qual direção o processo inferencial caminha” (CAPRETTINI, 2008, p. 153). Tal constatação evidencia com clareza caminhos possíveis para uma semiótica cujos objetos de estudo sejam as políticas, dos saberes aos poderes.

A premissa de que em uma história de detetives é preciso transformar sintomas em signos, com a ressalva de que esse procedimento de decodificação seja válido para um número suficientemente amplo de casos (CAPRETTINI, 2008), é pertinente também à semiótica. “O *status* semiótico de um fato observado é determinado pelas hipóteses: o valor sintomático de certo elemento da realidade, seu valor referencial, deriva da decisão – tomada como conjectura – de considerá-lo pertinente. (CAPRETTINI, 2008, p. 152). Os próprios envolvidos - personagem e filósofo - têm suas semelhanças no que tange à metodologia utilizada. Ambos elaboram hipótese abduativas para a resolução de mistérios. Para entender melhor essa aproximação, é preciso explorar um pouco a semiótica de Peirce.

Fundamentada em uma lógica triádica, que se expandirá sob o mesmo regime em vários estratos, Peirce dividiu os *fanerons* (tudo aquilo que aparece) em três categorias: a Primeiridade, cujo caráter de qualidade a faz como mônada, pura possibilidade; a Secundidade, cujo caráter de reação corresponde a toda qualidade que é atualizada em algum estado de coisas; e a Terceiridade, um código que designa na forma da lei a significação do objeto. Há a pura sensação, a ação do existente, e a lei que codifica possibilitando a inteligibilidade dos fenômenos.

Essa lógica funciona da mesma maneira para as demais categorias triádicas na semiótica de Peirce, para citar somente as mais conhecidas: Signo, Objeto, Interpretante; Ícone, Índice e Símbolo; Qualidade, Reação, Representação e, o que nos aproximará do método detetivesco de Sherlock: Abdução, Indução e Dedução.

Peirce escreveu (...) que um dos dois objetivos dos lógicos deveria ser extrair a possível e esperável ulerdade, ou “valor em produtividade, dos três tipos canônicos de raciocínio, a saber: dedução, indução e abdução (este último alternativamente batizado retrodução ou inferência hipotética). (...) primeiro, a dedução, que “depende de nossa confiança em nossa habilidade de analisar o significado dos signos nos ou pelos quais pensamos; segundo, a indução, “que depende de nossa confiança em que o curso de algum tipo de experiência não será mudado ou interrompido sem qualquer indicação que anteceda a interrupção” e, terceiro, a abdução, “que depende de nossa esperança de, cedo ou tarde, supor as condições sob as quais um dado tipo de fenômeno se apresentará.” (SEBEOK, 2008, p. 2)

Para chegarmos ao ponto que mais nos interessa nesse artigo - as indicialidades - iremos nos deter em dois métodos - a abdução e a indução - relativos à Primeiridade e à Secundidade, respectivamente. Para Peirce, o método abduativo mostra-se essencial ao conhecimento científico: “o conhecimento não pode avançar nem um pouco além do estágio do olhar que observa despreocupado se não se fizer, a cada passo, uma abdução” (PEIRCE APUD SEBEOK, UMIKER, 2008, p. 20).

Se na abdução procura-se uma teoria, a qualidade pura, na indução procura-se ligar essa teoria a fatos, ou seja, a qualidade necessita encontrar um existente. Já no campo dedutivo teríamos a lei que designa essa qualidade a esse existente sob forma de código. Importante aqui ressaltar que a lógica semiótica triádica nos impede de fracionar o signo e, conseqüentemente, os raciocínios nele implicados. O desafio de se pensar uma semiótica política está em, a um tempo, tomar os efeitos interpretantes do signo genuíno como o primeiro passo para a desconstrução que nos deve conduzir à identificação *à posteriori* das indicialidades em dispersão contidas nos signos e também das condições de produção próprias da natureza dos corpos envolvidos em uma dada relação política. É por essa razão que metodologicamente nas análises partiremos das alianças concretamente realizadas pela burguesia brasileira para indicar elementos em dispersão que as atualizaram no transcurso da história.

Tendo em mente que “os índices atuam na medida em que permitem conectar o discurso com o mundo existencial em questão” (SOUZA, GHIZZI, MACHADO, 2010, p. 3), é neles que buscaremos a indicação dos elementos que, em dispersão (FOUCAULT, 1997), foram produzindo agenciamentos (de saber e de poder) capazes de consubstanciar tanto as alianças fomentadas pela burguesia que a seguir analisaremos quanto a ruptura institucional em curso no País.

Assim, se “Sherlock Holmes foi um brilhante médico para o corpo político, cuja doença é o crime” (SEBEOK, UMIKER, 2008, p. 57), aqui nos apropriamos de sua metodologia para tentar compreender o corpo político brasileiro, cuja doença hoje tornou-se

aguda com o golpe midiático-jurídico-parlamentar em curso. No subcapítulo a seguir procuraremos explicitar o funcionamento dos diagramas como artifício metodológico para a identificação das ações em dispersão formadoras das novas institucionalidades.

O diagrama como figura da dispersão

Quando em *Arqueologia do saber* (1997) Michel Foucault formulou o conceito de dispersão, estava interessado em identificar aqueles elementos aparentemente sem sentido (o não-sentido) cuja inteligibilidade só se torna possível quando um dado regime codificado de signos se instaura. Semioticamente falando, é em terceiridade que a cognição se completa, que os elementos que compõem a semiose tornam-se efetivamente visíveis e enunciáveis. Tal ordem de visibilidade codificada, entretanto, não exclui os agenciamentos inconscientes que a produziram. Pelo contrário: ela é resultado de tais articulações cujas operações moleculares (na perspectiva guattariniana) nos cabe investigar se quisermos compreender as processualidades micropolíticas havidas no País nas últimas décadas.

Tais operações podem ser perscrutáveis – e esta é a hipótese de nosso texto – se formos capazes de descrever as semioses em seus níveis mais profundos, ou seja, em suas operações icônicas e indiciais. Charles Peirce identifica três diferentes processos: o icônico, definido pela analogia ou similaridade com o objeto; o indicial, definido pelas relações diádicas de causa e efeito; e os simbólicos, que se referem ao objeto por associação de ideias, codificando-o. Depois de explorarmos a perspectiva indicial no subcapítulo anterior, exploraremos aqui a perspectiva diagramática para avançarmos no debate acerca do método. O diagrama é, para Peirce, um tipo de secundidade do ícone que, por sua vez responde aos desafios da primeiridade do objeto. Então, logicamente, o diagrama é em primeiro lugar secundidade por referir-se ao objeto; no nível do objeto é primeiridade, por ser uma das expressões do ícone; e, no nível do ícone, novamente secundidade. Tal estrutura lógica evidencia a complexidade do diagrama e deixa entrever suas potencialidades e seus limites analíticos.

Aqueles[signos] que participam de simples qualidades, ou Primeiras Primeiridades, são imagens; aqueles que representam as relações, principalmente diádicas, ou assim consideradas, das partes de uma coisa por relações análogas em suas próprias partes, são diagramas; aqueles que representam o caráter representativo de um representâmen pela representação de um paralelismo em outra coisa, são metáforas. (PIERCE APUD FARIAS, 2012, p. 5)

O diagrama é tratado como ícone por estabelecer em relação ao seu objeto semelhanças estruturais, mas também não raramente semelhanças em suas aparências, já que o diagrama contém imagens. Esse signo é compreendido predominantemente pelas figuras visuais análogas à estrutura dos objetos que representam. O diagrama como ícone representa o objeto dinâmico pelas relações internas. O diagrama tem grande papel no desenvolvimento do raciocínio. O raciocínio diagramático se baseia nos processos intuitivos de assimilação visual. Pierce identifica como ocorre o processo de assimilação do diagrama:

Formamos na imaginação algum tipo de representação [...] icônica, dos fatos [...]. Este diagrama, que foi construído para representar intuitivamente ou semi-intuitivamente as mesmas relações que estão expressas de forma abstrata nas premissas é então observado e uma hipótese se sugere... (PEIRCE APUD FARIAS, 2012, p. 9)

Na lógica de Frederik Stjernfelt, o raciocínio diagramático também partiria do raciocínio dedutivo baseado em lógicas de similaridade. Na mesma trilha da semiótica detetivesca exposta acima, as relações possíveis são interpretadas e formuladas como evidências. Essas evidências só podem ser comunicadas através de ícones, pois ele “permanece como inferência meramente aproximativa da possibilidade do percepto e do julgamento perceptivo manifestado como cálculo de dedução” (MACHADO, p.8). O pensamento diagramático torna possível chegar a um significado independente da representação consciente desse resultado. Este aspecto é fundamental para pensarmos as semioses do golpe.

Stjernfelt identifica o diagrama como um ícone que prescinde da experiência e do hábito. Seu caráter é inconsciente, em sentido largo. Seu grau de generalidade é tão grande que a assimilação pode ter inúmeros resultados diferentes. Portanto, o diagrama “não representa apenas os correlatos relacionados, mas relações entre eles que dimensionam as evidências percebidas graças às generalidades” (MACHADO, 2013, p.8).

Os fatos levantados nas análises que virão podem não apresentar relevância quando isolados, porém tornam-se visíveis e claramente enunciáveis quando territorializados em um dado regime de signos; no nosso caso, nas alianças realizadas pela burguesia brasileira desde o final da Ditadura militar.

Para Deleuze e Guattari, o diagrama é a expressão de uma relação molecular havida no interior de um dado regime de signos, mas que permanece inconsciente sem, contudo, deixar de participar dos agenciamentos estruturantes de uma dada territorialidade, presente ou futura.

Combinando o poder dos símbolos, do índice e do ícone, a linguagem se volta, antes de tudo, para o futuro. Tudo que há de verdadeiramente geral, afirma, se relaciona a um futuro indeterminado, pois o passado contém apenas uma coleção de casos particulares que são efetivamente realizados. O passado é fato, mas uma lei geral nunca se realiza plenamente, é apenas uma potencialidade e seu modo de ser é esse *in futuro* (ROQUE, 2015, p. 95)

Acreditamos, portanto, que as indicialidades encontradas segundo o método detetivesco da semiótica, quando pensadas desde a perspectiva do diagrama, possibilitam identificar não apenas os fenômenos, mas também as relações estruturais a partir dos quais uma dada ordem de visibilidade e de enunciação se torna possível.

O visível e o enunciável

Em *Arqueologia do Saber* (1997), Michel Foucault apresenta um estudo sobre as formações discursivas. O autor faz uma abordagem voltada para a teorização dos sistemas de pensamento que predominam na sociedade, considerando especialmente as condições de sua emergência. Ele sistematizou questões epistemológicas que vinham sendo discutidas anteriormente em *A História da Loucura* (1962), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As Palavras e as Coisas* (1966) para então problematizar o discurso como formador de uma dada realidade (visível e enunciável). Tal procedimento nos interessa particularmente porque evidencia a relevância dos estudos dos diagramas para que se compreendam os modos como regimes de signos se territorializam e se tornam inteligíveis (visíveis e enunciáveis).

Para Foucault, entre a realidade e o que é registrado há uma enorme diferença “indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados” (FOUCAULT, 1997, p. 7). Quanto se perde através do documento? O que ele exclui? O que ele inclui? Qual é o poder de quem está escrevendo o documento, de quem está fazendo os decretos? Do ponto de vista do autor não há, desta forma, neutralidade no documento.

A intenção de Foucault não é anular a história construída através de documentos, mas, sim, questionar, verificar o quanto é eficaz construir uma história apenas a partir deste tipo de registro. Para ele, as categorizações são sempre feitas sem questionamentos. Ele sugere que se olhe para outros registros, se vejam as coincidências, as ligações de períodos, as analogias entre as formas e os sentidos. Ele problematiza, então, a questão do

documento, tentando expressar categorias que não estão totalmente visíveis, que estão dispersas, que, para os nossos propósitos, possam ser pensadas em termos diagramáticos.

O autor, ao conceituar a arqueologia, descreve os conjuntos de elementos dispersos, mas que têm ligação, que coincidem, e que fazem emergir para a superfície os discursos que se tornam conhecidos através da história; no nosso caso, através da concretude das alianças firmadas pela burguesia brasileira. Mostrando que esses conjuntos visíveis e enunciáveis têm suas regras, seguem uma lógica, mas que também se transformam ao longo do tempo, e que, como um todo, não têm sujeito, Foucault quer revelar as especificidades dos discursos, que se dão através da observação e descrição das circunstâncias que permitem o aparecimento desses discursos, das regularidades, das discontinuidades.

Um enunciado sempre representa uma emissão de singularidades, de pontos singulares que se distribuem num espaço correspondente (DELEUZE, 1988, p.15). Os enunciados são conjuntos de signos que se configuram em regularidades. O enunciado não é uma unidade elementar que viria a somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. (FOUCAULT, 1997, p.125). Os enunciados nem sempre são facilmente reconhecíveis, conforme Foucault.

como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente (...) como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos; mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição” (1997, p. 95).

Deleuze, ao fazer uma análise sobre os escritos de Foucault, lembra que os enunciados, apesar de não estarem ocultos, também não estão muito explícitos. Diríamos: eles fazem parte de instâncias semióticas em vias de codificação. E isso não tem nada a ver com maniqueísmos porque “cada época diz tudo o que pode dizer em função de suas condições de enunciado” (1988, p. 63)

As visibilidades também seguem princípios parecidos com os do enunciado, estão nos objetos, nas coisas. Nem sempre são facilmente detectáveis, se confundem, estão borradas “elas são até mesmo invisíveis enquanto permanecem nos objetos, nas coisas ou nas qualidades sensíveis, sem nos alçarmos até a condição que as abre” (DELEUZE, 1988, p. 66). O desafio de uma semiótica desconstrucionista e crítica é trabalhar por tal abertura, é tornar visíveis os processos instituintes inconscientes.

O que a semiótica que propomos aqui tem por desafio é esta determinação dos visíveis e dos enunciáveis em cada época, que ultrapassa os comportamentos e as

mentalidades, as ideias, tornando-as possíveis (DELEUZE, 1988, p. 58). É preciso extrair das palavras e da língua, das alianças estabelecidas pela burguesia brasileira, os enunciados correspondentes a cada estrato e a seus limiares, mas também extrair das coisas e da vista as possibilidades, as “evidências” próprias a cada estrato (DELEUZE, 1988, p. 62).

Os enunciados quando pensados como diagramas não são visíveis, porém, não estão de forma alguma ocultos: eles estão contidos nos signos. Os enunciados só se tornam legíveis ou dizíveis em relação com as leis interpretantes que os codificam. É através de um conjunto de enunciados de diferentes épocas que se forma o discurso. A formação discursiva segue os princípios de dispersão e de repetição, que acontecem através dos enunciados. Essa formação é um sistema de regras interpretante que, quando colocado com prática, faz com que venha para a superfície uma enunciação, as transformações do objeto, os novos conceitos.

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (FOUCAULT, 1997, p. 86).

As práticas de ver e as práticas de dizer formam os discursos, e, através de uma relação de poder, se constituem os processos de formação da verdade, de imposição de alianças. “Pode-se dizer, com efeito, que há “jogos de verdade”, ou melhor, processos do verdadeiro. A verdade é inseparável do processo que a estabelece.” (DELEUZE, 1988 p. 72). O verdadeiro não é conformidade ou correspondência: “há disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável: “*o que se vê não se aloja mais no que se diz*”, e inversamente” (DELEUZE, 1988, p. 73). Esse ponto também é crucial para a análise semiótica que se quer empreender acerca do golpe em curso no Brasil.

As Séries

A seguir, para realizarmos as análises, construiremos três séries preliminares considerando o ponto de vista da burguesia como desencadeador de semioses em também três fases distintas da história do Brasil: (1) a agonia da Ditadura Militar e o surgimento do Partido dos Trabalhadores no início da década de 80, (2) a redemocratização e as alianças liberais depois da segunda metade dos anos 80 e (3) o pacto capital-trabalho ensaiado pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e colocado em prática pelos governos de Luiz

Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff para, por fim, chegar à semiose do golpe na qual estamos imersos contemporaneamente.

Aqui, convém ressaltar que, embora o ponto de vista a partir do qual a semiose será analisada seja o da burguesia, não podemos negligenciar seu caráter reativo. Reativo em relação ao poder instituinte das multidões² cuja ação diagramática promove deslocamentos desse ponto de vista de que partimos.

Para organizarmos a análise realizada, que leva em consideração especificamente as linhas de força que compõem os agenciamentos, nos inspiramos nas teses sobre narrativa e discurso de Greimas, sem, contudo, explorar detalhadamente todos os seus vieses. Para os propósitos deste artigo, operamos apenas com a identificação do protagonista (burguesia e seu ponto de vista), dos antagonistas (multidão em dispersão), dos vínculos que o protagonista mantém com seu objeto de desejo (o poder) e, especialmente, com a intensidade de tal vínculo. Este último aspecto – ausente na semiótica de Greimas – aparece aqui como fundamental exatamente porque nos permite tornar visíveis as linhas de força (políticas) presentes nos agenciamentos estudados.

PROTAGONISTA	ANTAGONISTA	VÍNCULO	INTENSIDADE DO VÍNCULO
Burguesia	Multidão	Conjunção Disjunção	Forte Equilibrado Fraco

TABELA1: os jogos actanciais

Série 1: A Agonia da Ditadura Militar e o surgimento do Partido dos Trabalhadores

A primeira situação analisada localiza-se no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Neste período, o Brasil assistia à decadência da Ditadura Militar iniciada em 1964 e a ascensão do Partido dos Trabalhadores. Conforme a tabela abaixo

PROTAGONISTA	ANTAGONISTA	VÍNCULO	INTENSIDADE DO VÍNCULO
Burguesia Aliança civil- militar	Multidão Movimentos Sociais	Conjunção	Forte

TABELA 2: a Agonia da Ditadura Militar e o surgimento do Partido dos Trabalhadores

² O conceito vem dos trabalhos de Antônio Negri e Michael Hardt desenvolvidos nas obras Império (2001) e Multidão (2004).

Do ponto de vista da semiose, a burguesia estava em conjunção com o poder de estado. Reconhecer tal conjunção não significa desconhecer possíveis contradições existentes no seio do poder, mas afirmar que, a despeito delas, as ações políticas do estado estavam em consonância com o desenvolvimento da economia capitalista e que esta consonância apresentava vínculos fortes, capazes de impor sua axiologia ao conjunto da sociedade.

Tal imposição encontrava resistência nas ações dispersas da multidão, as quais nos interessa conhecer mesmo antes da ascensão do Partido dos Trabalhadores e de seu líder Luiz Inácio Lula da Silva. Aliás, para as teses que preconizamos, são essas ações ainda não codificadas, ainda não institucionalizadas, que interessam especialmente.

A multidão é, para Antônio Negri e Michael Hardt (2004), a um só tempo, o nome de uma imanência, de uma classe e de uma potência. Ela é pré-individual, pré-pessoal, inconsciente de certa forma, diagramática na perspectiva deleuzeana. Ela está em vias de atualização, de territorialização, de codificação como interpretante que designa a forma de um novo hábito lentamente construído.

Mas como semioticamente tal operação ocorreu? Nos anos 1970 – sob o poder reativo da Ditadura em conjunção com os interesses da burguesia – o movimento operário, as experiências artístico-culturais, a ação dos intelectuais, o fortalecimento dos sindicatos, a oposição democrática ao Regime, os movimentos pela reforma agrária, a teologia da libertação, as comunidades eclesiais de base, o feminismo, expressavam sua potência em dispersão. O próprio Lula falava dessa aproximação, embora afirmasse que ela era de interesses e não uma aliança política:

O que existe, na verdade, é que a partir de Puebla, a Igreja brasileira, ou melhor, uma parte da Igreja brasileira, decidiu fazer uma opção na questão da organização do povo oprimido. Foi a partir daí que as comunidades de base e os bispos “progressistas” começaram a aparecer. E o que sucede é que as formas de organização que eles propõem coincidem com as do Partido dos Trabalhadores. (GUATTARI; LULA, p. 20, 1982)

Tais coincidências levaram àquilo a que Félix Guattari caracterizou como uma “espécie de experiência em grande escala que tentou inventar novos instrumentos de entendimento e de luta coletiva e mesmo uma nova sensibilidade e uma nova lógica política e micropolítica” (GUATTARI; LULA, p. 34, 1982). Assim nascia, como expressão da multidão, o Partido dos Trabalhadores (PT), mas também a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Interessante perceber que tais ações em dispersão, à época, não eram assim codificadas porque lhes faltava condições de visibilidade e de enunciação, porque lhes faltava um interpretante que as transformasse de diagrama (figura icônica de relações potenciais) em signo e institucionalidade.

A pergunta necessária para o tempo presente: que diagramas são esses presentes na sociedade contemporânea que estão em vias de institucionalização?

Série 2: A redemocratização e as alianças liberais depois da segunda metade dos anos 1980

O fim da Ditadura Militar, apesar da pressão popular nas ruas com a campanha das Diretas Já, é comandado pelas forças conservadoras. Estas tomam as rédeas da abertura econômica, já inevitável naquele momento, como explica Roberto Santos:

história da transição vista por esse viés é a história de sobrevivência das forças conservadoras da nossa sociedade. É a história da necessidade de terminar a Ditadura mantendo o mesmo grupo político representante dos anseios da elite no poder, mesmo com a mudança de sistema de governo. É a permanência do nosso caráter dependente no sistema capitalista internacional e da exclusão social esmagadora como regra da realidade brasileira. [...] A atuação desses grupos está sob a égide da continuidade do cenário político e social quando a troca de regime se mostra inevitável. A meta perseguida pelos políticos é a sua sobrevivência política e principalmente eleitoral em um sistema de governo que em curto tempo apresenta um número maior de adversários e de participação da população como um todo. (SANTOS, 2013, p. 96)

Sumariamente, para nossas análises, a tabela aparece assim:

PROTAGONISTA	ANTAGONISTA	VÍNCULO	INTENSIDADE DO VÍNCULO
Burguesia Civil	Multidão de Partidos de oposição	Conjunção	Forte

Tabela 3: A redemocratização e as alianças liberais depois da segunda metade dos anos 1980

A multidão, que se fortalecia em dispersão na década anterior, nesta assume a forma codificada de partidos legalizados e a burguesia protagonista actorializa-se como poder civil mantendo vínculos fortes com as instâncias de poder (objeto de desejo).

A partir de 1980, o cenário mundial da economia vê crescer o neo-liberalismo. Figuras como Reagan e Thatcher assumem os governos enquanto as esquerdas entram em crise em Cuba e na União Soviética, desmantelada em 1991. O liberalismo avança e passa a

questionar inclusive os princípios do Estado de Bem-Estar Social. O fim da Ditadura no Brasil ganha apoio das elites, que veem o papel da Ditadura já cumprido quando permitiu a circulação do capital estrangeiro, mas agora esgotado por não servir mais aos interesses de uma economia independente do estado.

Tancredo Neves foi eleito indiretamente como presidente em 1985. Não chegou a tomar posse, assumindo seu vice, José Sarney. Em depoimento, Sarney expõe as intenções de seu governo:

a transição tinha que ser feita com as Forças Armadas, não contra as Forças Armadas. Quer dizer: o contrário do caso argentino. A ideia de que a transição deveria significar a derrubada dos militares do poder, essa era extremamente perigosa. Então nós fizemos justamente com o Tancredo. Foi feito com Tancredo, com as Forças Armadas. Ninguém sabe disso até hoje [1997] (SANTOS, 2013, p. 125)

Tancredo “apresentava-se como oposição aos anos de brutalidade e pobreza do regime militar sem, no entanto, apontar para qualquer modificação estrutural que viesse a tirar o brasileiro comum da miséria” (2013, p. 127). Foi ao final do governo Sarney, com a volta da inflação e a queda do crescimento, que as forças populares de esquerda novamente ganharam força.

A novidade do período foi o crescimento do PT nas urnas, pela primeira vez colocando em risco o vínculo forte estabelecido entre a burguesia e seu objeto de desejo: o poder. Nas eleições de 1989 a esquerda apresentava dois fortes candidatos à presidência: Lula e Brizola. Para os conservadores, somente uma nova cara poderia ganhar votos, assumindo o papel de reestruturador do regime, mas mantendo os interesses liberais. Collor foi escolhido para assumir esse papel. Apoiado pelos monopólios midiáticos, Fernando Collor é eleito e novamente atende aos interesses neoliberais, garantindo a manutenção dos vínculos fortes entre burguesia e poder político.

A deposição de Collor em 1992, apesar de estar apoiada pelas bases populares que se organizavam nas ruas, não configurou uma vitória da esquerda. O movimento foi novamente sustentado pelas elites, como as Diretas já, enquanto estas já planejam quem seria o sucessor (SANTOS, 2013) de Collor. Itamar Franco, vice-presidente, assume a posição de presidente. Fernando Henrique Cardoso é nomeado ministro e promove políticas de privatização e retirada do Estado da economia. “Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso como presidente do Brasil (1995-2002) marcam o auge do neoliberalismo no país, com a desnacionalização da economia, as privatizações e os ataques ao trabalhador em sua forma mais extremada.” (SANTOS, 2013, p. 125). No entanto, cabe uma ressalva: FHC não

era um nome genuinamente ligado aos interesses da burguesia. A burguesia precisou atravessar o rio para buscá-lo nos quadros da social-democracia. Aparece aqui, portanto, semioticamente, um importante índice que aponta para o enfraquecimento do vínculo da burguesia com o poder: precisaram buscar, em quadros não seus, alguém capaz de manter e desenvolver suas políticas.

O Príncipe dos Sociólogos cumpriu a função como um assíduo colegial.

Série 3: O pacto capital-trabalho

Idealizado pela social-democracia, o pacto capital-trabalho no Brasil foi apenas ensaiado por Fernando Henrique Cardoso, sem condição de êxito, uma vez que sua base de apoio prescindia de representação sindical dos trabalhadores e suas políticas estavam à serviço, conforme demonstramos anteriormente, dos vínculos da burguesia com o poder político. Diante do impasse, FHC chega ao final de seu mandato com altas taxas de rejeição, e seus antagonistas, organizados, com poder suficiente para inviabilizar o avanço da agenda neoliberal no país.

É nesse contexto que emerge com efetiva condição de vitória a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, até então o mais expressivo antagonista do projeto burguês no Brasil, modificando levemente as características das semioses que estamos estudando:

PROTAGONISTA	ANTAGONISTA	VÍNCULO	INTENSIDADE DO VÍNCULO
Burguesia Civil	Multidão Movimentos Sociais	Disjunção	De Equilibrado, no governo Lula, a Fraco, no fim do primeiro governo Dilma.

Tabela 4: O pacto capital-trabalho

Como percebemos acima, mais uma vez nosso protagonista – a burguesia – precisa atravessar o rio para negociar com seus antagonistas e preservar a posse de seu obscuro objeto do desejo: o poder. O antagonista, com reais chances de conquistar o poder, sabe que para isso precisará negociar, e lança, na reta final de sua campanha eleitoral, a “Carta ao Povo brasileiro”. Assinada por Lula, a carta é recebida como símbolo de aliança com empresários, com o capital financeiro e com o comércio internacional

Lula se comprometia claramente – em resposta aos temores difundidos – a dar ênfase à questão econômica, a desenvolver uma gestão fiscal “responsável”, a priorizar o “controle da inflação”, a “respeitar os contratos” nacionais e internacionais, a promover a “produção” e incentivar as “exportações” em busca

de ampliação do “mercado internacional”. Para muitos atores e analistas a Carta representava, também, um “recado” para as tendências mais à esquerda, dentro e fora do PT, de que o governo Lula não realizaria transformações substanciais no modelo econômico. (MESQUITA, NERY, OLIVEIRA, p. 14, 2007)

A carta consubstancia o pacto capital-trabalho que vigiu até 2013 e promove uma nova conjunção com o poder, que corria o risco de entrar em disjunção com a burguesia com a chegada do PT ao Governo Federal. Essa conjunção, entretanto, não é mais do tipo ‘forte’. A ascensão de Lula enfraquece o vínculo da burguesia com o poder, embora não a tenha alijado de tal posição. Os dois governos de Lula da Silva e o primeiro governo de Dilma Rousseff – embalados pelo crescimento econômico – promovem efetiva inclusão social, com aumento da renda, especialmente dos mais pobres. Mas esse aumento não é expressão de divisão de renda: a burguesia não perdeu, muito pelo contrário, a burguesia também ganhou. O que se dividiu foi o excedente.

Com a crise internacional, com a desaceleração da economia brasileira, com o crescimento das necessidades de uma nova classe que passava a exigir mobilidade urbana pública, escola e saúde de qualidade, socialização dos espaços coletivos, em 2013 eclodem as chamadas Jornadas de Junho, onde a multidão, sem lideranças reconhecidas e codificadas, exprime a necessidade de uma nova transformação econômico-política incompatível com o pacto capital-trabalho vigente em nossa frágil social-democracia.

O que esses movimentos da multidão começavam a indiciar são novos diagramas cuja codificação interpretante está ainda em devir. A falência da aliança capital-trabalho, a organização da juventude, das feministas, dos grupos LGBTTs, por um lado; e o empoderamento das organizações neofascistas, dos fundamentalismos religiosos e da intolerância, por outro, nos colocam em uma situação semelhante àquela descrita no final dos anos 70: há muitas ações em dispersão cuja institucionalização futura dependerá do jogo de forças jogado no presente.

Considerações sobre as semioses do golpe

É nesse contexto – muito semelhante ao da agonia da Ditadura Militar -, cujas ações em dispersão podem ser descritas diagramaticamente, que se coloca a questão do Golpe de Estado midiático-jurídico-parlamentar. O golpe não tem todas as condições de enunciação e visibilidade, mas já se expressa como diagrama. O diagrama não é um código, mas indicia algo potencialmente por vir, como vimos. É neste nível semiótico que se pode especular sobre o que nos acontece contemporaneamente no Brasil, como na tabela a seguir:

PROTAGONISTA	ANTAGONISTA	VÍNCULO	INTENSIDADE DO VÍNCULO
Burguesia em dispersão (Aliança midiático-jurídica-parlamentar)	Multidão despotencializada	?	Forte

Tabela 5: O golpe em curso

Se na tabela 1 (1970-1980) o diagrama traduziu-se na organização dos trabalhadores; agora, em 2015, parece estar se institucionalizando de forma diversa. Com o esfacelamento da aliança capital-trabalho, o protagonista e o antagonista encontram-se disjuntos, querendo ganhar o objeto do desejo: o poder. Tal disjunção deixa como alternativa ou apoiar o trabalho, com efetiva divisão de renda, ou apoiar o capital, com efetiva exploração da mão-de-obra.

Nenhuma das alternativas é fácil. E elas apontam para uma saída de força, como é tradicional na cultura brasileira.

Ademais, há um dado novo presente nesta última tabela: a multidão, que antes estava dispersa, parece aqui ter-se despotencializado; e a burguesia, que estava em vias de despotencialização lá, começa aqui a institucionalizar forças em dispersão que a sustentam: as jurídicas, as parlamentares e as midiáticas, além daquelas religiosas e neofascistas anteriormente referidas.

Parece-nos que a semiótica atualmente necessária é aquela que investiga o ovo da serpente.

Referências bibliográficas

CAPRETTINI, G. P. Peirce, Holmes, Popper. In: ECO, U. SEBEOK, T. A. (orgs.). **Signo de três: Dupin, Holmes, Peirce**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 149-170.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FARIAS, Priscila Lena. O conceito de diagrama na semiótica de Charles S. Peirce. **Revista Triades**, volume 1 número, 1 de maio de 2012 [suporte eletrônico] Disponível em: <http://www.revistatriades.com.br/blog/?page_id=97> Acesso em 06/05/2016.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. RJ: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUATTARI, F.; SILVA, L. I. L. **Félix Guattari entrevista Lula**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

GREIMAS, A. J. As aquisições e os projectos. In: COURTÉS, J. **Introdução à semiótica narrativa e discursiva**. Coimbra: Almedina, 1979.

GHIZZI, E. B.; MACHADO, A. P.; SOUZA, R. P. L. Ícones, índices e símbolos em um trecho de O nome da rosa. **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**. Disponível em: <<http://www.semeiosis.com.br/o-nome-da-rosa/>>. Acesso em 07/05/2016.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MACHADO, Irene. Diagrama como problema semiótico: a atividade do Grupo de Pesquisa Semiótica da Comunicação. **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**. 2013. [suporte eletrônico] Disponível em: <<http://www.semeiosis.com.br/diagrama-como-problema-semi%C3%B3tico-a-atividade-do-grupo-de-pesquisa-semi%C3%B3tica-da-comunica%C3%A7%C3%A3o/>> Acesso em 04/05/2016.

MESQUITA, R. G. M.; NERY, R.; OLIVEIRA, G. G.. **Análise da Carta ao Povo Brasileiro de 2002** Recife (PE): XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007.

REIS, D. A. **O partido dos Trabalhadores - trajetórias, performance, perspectivas**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos Contemporâneos, 2007. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/culturaspoliticadas/files/daniel4.pdf>>

ROQUE, T.. Sobre a noção de diagrama: matemática, semiótica e as lutas minoritárias. **Trágica: Estudos sobre Nietzsche**, v. 8, p. 84-104, 2015.

SANTAELLA, L. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira, 2005.

SANTOS, R. S. **Coronéis e empresários: permanência da dependência e da Estrutura Socioeconômica Excludente no Brasil Pós-Ditadura (1985-2002)**. 2013 236 f. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SEBEOK, T. A. Um, dois, três, UBERDADE desta vez: a título de introdução. In: ECO, U.; SEBEOK, T. A. (orgs.). **Signo de três: Dupin, Holmes, Peirce**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 1-12.

SEBEOK, T. A.; SEBEOK-UMIKER, J. “Você conhece o meu método”: uma justaposição de Charles S. Peirce e Sherlock Holmes. In: Umberto Eco e Thomas A. Sebeok (orgs.). **Signo de três: Dupin, Holmes, Peirce**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 13-58.

SILVA, L. I. L. (2002), “**Carta ao povo brasileiro**”. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em 02/07/2016 às 19:30 horas.

http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_15122002.pdf Acesso em 02/07/2016 às 19:30 horas